

SESSÃO DE ABERTURA DO I ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO
CIVIL (PCM2012)

ALOCUÇÃO INTRODUTÓRIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

ARTUR FERNANDES COSTA

Presidente da Comissão de Organização do PCM 2012
Faculdade de Ciências Naturais, Engenharias e Tecnologias
Universidade Lusófona do Porto

Ex.ma Senhora Reitora da Universidade Lusófona do Porto

Ex.mo Senhor Secretário de Estado da Administração Interna (em representação do Ex.mo
Ministro)

Ex.mo Senhor Diretor Geral da Autoridade Marítima e Comandante Geral da Polícia
Marítima

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim

Ex.mos Senhores Autarcas, Presidentes de Câmara Municipal, Vice-Presidentes,
Vereadores e seus representantes

Ex.mos Senhores Responsáveis por SMPC's

Ex.mos Senhores Comandantes Operacionais Municipais e Comandantes de Bombeiros

Ex.mo Senhor Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses

Ex.mo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Mar e da Atmosfera

Ex.ma Senhora Presidente do Laboratório Nacional de Energia e Geologia

Ex.mos Senhores Representantes dos demais Agentes de Proteção Civil e restantes
instituições presentes

Caros Estudantes e Professores da Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil e de
outros cursos,

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Caros amigos:

Se me é dada licença e sem ocupar mais que uns poucos minutos antes de iniciarmos formalmente os trabalhos deste grande I Encontro, e precisamente por ser o primeiro, gostaria de enunciar o essencial do pensamento que nos conduziu aqui hoje e do sentido que gostaríamos que os trabalhos pudessem adquirir.

Depois de vários anos dedicados à causa da proteção civil (não de atividade operacional, pois essa nunca a tivemos, mas ao serviço do ensino, da inovação, da formação e da divulgação de temas de PC), nos inícios deste ano fomos confrontados com uma realidade que nos marcou.

Fomos quase literalmente “atropelados” por uma realidade que só entrevíamos, tomando consciência da riqueza impressionante que se alberga hoje em muitos SMPC e da importância crítica que pode assumir o seu papel em diferentes aspetos da atividade municipal – muito para além do que é visível a um olhar menos atento –, se houver inteligência no seu aproveitamento. Ao mesmo tempo, constatámos o empenhamento extremo que muitos profissionais colocam ao serviço da causa pública nesse setor - com verdadeiras camisolas vestidas - e confrontámo-nos com o avanço das tecnologias e dos meios que empregam.

Na satisfação da curiosidade que essa tomada de consciência nos despertou, também deparámos com aspetos menos positivos, que afinal já adivinhávamos, e algumas oportunidades para se dar mais um passo: o de se avançar mais um pouco no sentido do reconhecimento local e nacional dos importantes papéis dos SMPC e no do pleno aproveitamento do seu potencial.

O que pensamos:

1. É grande a diversidade de situações que se encontram ao longo do país em matéria de SMPC, com realidades muito diferentes de município para município, uns com serviços completamente estruturados, outros com soluções incipientes, sem meios nem pessoas.

2. Esta diversidade não decorre essencialmente da dimensão dos municípios, resultando sobretudo de perspetivas e de opções de política municipal, muitas vezes não desligadas de restrições orçamentais, que condicionam a criação de estruturas que oneram o erário público, e da insuficiência e impreparação de

recursos humanos qualificados, que impedem muitas vezes uma visão mais clara sobre os assuntos e ofuscam a tomada de decisão nessa matéria.

3. Apesar dos denominadores comuns que estão na base da génese dos SMPC, não existem bases de referência comuns a nível nacional que uniformizem a sua organização, a sua atuação e as metodologias e tecnologias que empregam, em virtude de trabalharem como “ilhas”, como consequência do espaço em que atuam e da legitimidade local que possuem.

4. Não há pois uma verdadeira identidade nacional que interligue os SMPC portugueses, nem mecanismos que a estimulem.

5. Finalmente, nota-se a ansiedade de muitos profissionais que ambicionam por um quadro funcional e uma carreira profissional em que se revejam.

Este foi o diagnóstico elementar que fizemos e este foi também o móbil principal para o projeto deste **I Encontro Nacional de Serviços Municipais de Proteção Civil**; um desafio a que nos lançámos com espírito inovador e aberto, mas cauteloso, que iniciámos com um inquérito nacional para identificar temas especialmente sensíveis em matéria de proteção civil municipal e para o qual traçámos os seguintes objetivos principais:

- Reunir massa crítica para iniciar um debate nacional em torno dos papéis, meios e enquadramento dos SMPC no âmbito das autarquias e do Sistema Nacional de Proteção Civil, incluindo aspetos de carreira técnica.
- Lançar as bases para a criação de uma rede cooperativa entre Serviços que, apesar da sua legitimidade municipal, desenvolvem um papel cuja relevância vai muito para além do território da sua intervenção.
- Divulgar o melhor que se faz hoje em Portugal em matéria de investigação e ciência, bem como de ferramentas e de práticas, ao serviço da proteção civil municipal.
- Permitir a troca de experiências entre diferentes municípios e SMPC.

Estes são os propósitos. Oxalá consigamos aqui um trabalho profícuo de que sejamos, coletivamente, beneficiários.

Oxalá consigamos reunir aqui também razões suficientes para dar continuidade a este projeto em anos futuros.

E assim termino esta breve introdução, agradecendo a todos os que nos apoiaram neste projeto pioneiro, com destaque natural para a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim

e para esta linda terra, que o acolheram de braços abertos, bem como para a Universidade Lusófona do Porto e a Cofac, que a apoiaram desde o primeiro momento.

Com a autorização da Magnífica Reitora da Universidade Lusófona do Porto, dou pois por aberto este **I Encontro Nacional de Serviços Municipais de Proteção Civil**, tendo a palavra a Mesa.